

Resenha

Ricardo Moura*

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência - Seis Notas à Margem*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009, 202 p.

A violência talvez seja um dos conceitos mais plurais e polêmicos existentes na teoria social. Tentar defini-la sem gerar qualquer controvérsia é tarefa impossível. Isso não significa dizer que não se deva problematizá-la ou mesmo torná-la objeto de reflexão. Tendo isso em mente, chama atenção saber o que um dos principais filósofos políticos da atualidade, o psicanalista esloveno Slavoj Žižek, conhecido por sua peculiar forma de argumentação e por suas ideias que vão de encontro ao consenso estabelecido, tem a dizer sobre o assunto.

Slavoj Žižek - assim como Alain Badiou, Judith Butler, Antonio Negri e Giorgio Agamben - é representante de uma leva de pensadores contemporâneos que renovaram o pensamento de esquerda e que se valem das mais diversas formas de conhecimento (psicanálise, teoria da literatura, arte, filosofia, marxismo) para realizar a crítica da sociedade capitalista. Por causa de um texto seu sobre o filme *Matrix*, Žižek recebeu a pecha de filósofo pop. A leitura atenta de seus textos, no entanto, revelam que as referências feitas a filmes, propagandas e anedotas funcionam como um elemento a mais de sua argumentação, mas sem que isso esvazie sua argumentação teórica. Para aqueles que preferem um autor mais sistemático, Slavoj Žižek deixa a desejar. Sua obra é marcadamente fragmentária e provocativa. Violência apresenta uma variedade impressionante de provocações, paradoxos e conceitos que, por vezes, poderiam ser trabalhados de forma mais abrangente. Essa característica, mais que um suposto desleixo do autor, é um convite à realização de um confronto entre a teoria e as práticas de uma determinada realidade social. Desse ponto de vista, as inquietações de Žižek podem ser um

Resenha
Recebido: 20/10/2011
Aprovado: 20/11/2011

excelente ponto de partida para os cientistas sociais, tanto no que se refere aos pressupostos teóricos quanto às formas de intervenção social. Não causou nenhum espanto, portanto, vê-lo proferir uma palestra aos manifestantes do movimento Ocupe Wall Street.

Embora o livro não pretenda ser um manual sobre a violência, haja vista o subtítulo que expressa claramente tratar-se de uma análise feita à margem, de modo oblíquo e a partir de reflexões que surgem na contracorrente do pensamento estabelecido sobre o tema, Žižek tem a preocupação de deixar claro que compreende a violência por meio de três dimensões: a violência simbólica, encarnada na linguagem e nas suas formas; a violência objetiva ou sistêmica, que se constitui a partir das condições estruturais da sociedade e que é inerente ao funcionamento dos sistemas econômico e político (ex. as formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração); e a violência subjetiva, cometida pelos “agentes sociais, indivíduos malévolos, aparelhos repressivos disciplinados e turbas fanáticas”, que se apresenta como a mais visível das três. A referência faz-se necessária para evitar mal entendidos, haja vista a numerosa conceituação e divisão à qual o conceito de violência foi submetido nos últimos anos.

Dito isso, passemos à estrutura da publicação. As notas à margem de Žižek distribuem-se em seis ensaios, cada um deles identificados como um andamento musical (*allegro*, *adágio*, *andante ma non troppo*, *presto*) e com um título bastante provocativo. Temos então o primeiro ensaio, “SOS Violência”, que trata da distinção da violência entre objetiva e subjetiva e de uma análise acerca dos “comunistas liberais”, ou seja, de um segmento de empresários de sucesso que unem práticas econômicas monopolistas ou especulativas a causas cuja gênese é anticapitalista, como a responsabilidade social e a preocupação ecológica. Bill Gates, George Soros e proprietários de empresa de alta tecnologia são apontados como expoentes dessa nova classe. A descrição feita do perfil de George Soros é demolidora: “(Ele) representa a mais implacável forma de exploração financeira especulativa combinada com a preocupação contrária e humanitária frente às consequências sociais catastróficas de uma economia de mercado desenfreada” (p.27). Esse paradoxo é ilustrado ainda a partir da menção à propaganda de um laxante de chocolate que incita o consumidor a se tratar da prisão de ventre ingerindo justamente um alimento que causa o referido mal.

Em um bem sacado jogo de palavras, Žižek afirma que a pregação contra os males do capitalismo feita por tais dirigentes dissolve, do ponto de vista ideológico, os antagonismos existentes entre os militantes antiglobalização do

Fórum Social Mundial, realizado inicialmente na cidade de Porto Alegre, e a elite global de gestores, que se reúne na cidade suíça de Davos, resultando em uma nova cidade denominada de Porto Davos. Essa postura híbrida, de acordo com o autor, só demonstra o paradoxo de que o capitalismo atual “não pode reproduzir-se só pelos seus próprios meios. A beneficência extra-econômica é-lhe necessária a fim de manter seu ciclo de reprodução social” (p.29).

A seção se encerra com uma demonstração clara do engajamento do autor e de sua orientação política: “Não devemos ter ilusões: os comunistas liberais são hoje o inimigo com que se defronta qualquer luta progressista” (p.40).

“Teme o teu próximo como a ti mesmo!” é o título do segundo ensaio. Para quem estuda conflitualidade e violência é, certamente, o mais rico em reflexões e questionamentos. Logo de início, Žižek nos apresenta o conceito de biopolítica pós-política. Se a biopolítica, como descrita por Michel Foucault, refere-se à regulação da segurança da população (ao “fazer viver”) e é um termo relativamente mais conhecido, a pós-política exige um pouco mais de explicação. Para Jacques Rancière, ela é uma política que “afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, em alternativa, na gestão e na administração especializadas”. Esta definição, ainda que de maneira indireta, encontra eco na política brasileira atual em que o fundador de um novo partido político não se assume nem como de direita, de esquerda e de centro. O amplo arco de alianças existente nos mais diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) também não deixa de ser, a seu modo, uma expressão de um modo de governar sob a égide da pós-política. Para Žižek, contudo, uma administração das vidas humanas que prescindia da ideologia e que é, ao mesmo tempo, despolitizada e socialmente objetiva, tem de encontrar um novo elemento que seja capaz de mobilizar as pessoas. “A única maneira de introduzir paixão nesse campo, de mobilizar ativamente as pessoas, é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje” (p.43). Tem-se então uma extensa gama de medos: dos imigrantes, dos crimes, da depravação sexual, da catástrofe ecológica, do estado em excesso etc. A biopolítica pós-política seria, na verdade, uma política da gestão do medo.

Nesse sentido, a questão do Outro e do Próximo é fundamental. A definição do modo como nos relacionamos com um e com outro é um dos critérios que irá definir o respeito pela vulnerabilidade da vida humana ou a redução de determinados segmentos sociais a um estado de vida nua, em que podem ser torturados ou até mesmo serem eliminados sem qualquer repercussão social, conforme a terminologia empregada por Giorgio Agamben.

Estabelecer essa relação não é tarefa fácil. Certamente a relação que mantemos com as pessoas que nos são próximas (do ponto de vista social, religioso, ideológico) é bastante diferente das que nos são distantes. “É por isso”, afirma Žižek, “que matar alguém à queima-roupa é para a maior parte dentre nós muito mais repulsivo do que apertar um botão que matará mil pessoas que não vemos” (p.45-46). A discussão a que se refere o filósofo diz respeito ao emprego de tortura para obter informações que possam salvar a vida de milhares de pessoas. No entanto, em nossa realidade social, a tensa relação entre o Outro e o Próximo também se encontra bastante presente. Citamos como exemplo os assassinatos quase que diários de jovens e adolescentes. Em que medida eles podem ser considerados nossos próximos? Em que medida eles integram uma realidade completamente alheia à nossa? A resposta a esse questionamento pode trazer pistas acerca da inexistência de políticas públicas específicas sobre esse fenômeno social e a aparente irrelevância com que segmentos sociais inteiros lidam com tais mortes.

Mais que um meio de reconciliação e mediação, Žižek compreende a linguagem como um meio impregnado de violência. Citando Lacan, o autor ressalta que a comunicação humana, em sua dimensão mais fundamental, assenta-se na assimetria e não em um espaço de intersubjetividade igualitária. “Cada espaço de discurso concreto, ‘realmente existente’, se funda em última instância numa imposição violenta de um significante mestre que é *stricto sensu* ‘irracional’” (p.61), afirma.

A linguagem também seria a impulsora do nosso desejo para além dos limites convenientes, tornando-o um impulso absoluto que nunca pode ser satisfeito e fazendo com que a agressão, vista como uma força de vida, seja transformada, pelo seu excesso, em violência, uma força de morte. Por causa disso, a linguagem é vista pelo filósofo como o “primeiro e maior fator de divisão” entre as pessoas: “É devido à linguagem que nós e os nossos próximos vivemos ou podemos viver ‘em mundos diferentes’ ainda quando moremos na mesma rua” (p. 64).

Assim como a biopolítica pós-política, a reflexão sobre a violência inerente à linguagem feita por Slavoj Žižek parece apressada, como se fosse um esboço de um esforço teórico de maior fôlego. Ao término da leitura fica a sensação de que muito mais poderia ser escrito sobre o tema, que as conseqüências dessa abordagem não foram suficientemente levadas a termo. No entanto, o autor nos deixa uma pista de investigação bastante fecunda, como costuma acontecer nos romances policiais tão apreciados por ele. A menção a uma declaração supostamente racista feita por Simone de Beauvoir merece

ser aprofundada. Após uma visita aos Estados Unidos, a filósofa francesa escreveu que os negros eram inferiores aos brancos naquele país. Indo na contramão da acusação feita por alguns críticos de que Beauvior seria racista, Žižek sustenta que os negros, quando tratados pelos brancos como inferiores, tornam-se realmente inferiores ao nível da sua identidade social simbólica. Isso implicaria em uma eficácia performativa da ideologia racista branca. “Não se trata simplesmente de uma interpretação daquilo que os negros são, mas de uma interpretação que determina o próprio ser e a existência social dos sujeitos interpretados” (p.69). Compreender como isso ocorre, operacionalmente, é um dos desafios que o texto nos propõe, ainda que de forma indireta. Como avaliar os efeitos que a linguagem de um grupo dominante exerce sobre a identidade social simbólica de determinados segmentos sociais? É possível elaborar um contradiscurso que possua a mesma eficácia performativa do discurso hegemônico? Essas duas questões são uma amostra de como a linguagem pode ser um terreno fértil para a investigação social.

O título do terceiro ensaio é “Cresceu uma maré tinta de sangue”. O autor analisa os protestos ocorridos nos subúrbios de Paris em 2005, quando carros e escolas foram incendiados. Žižek ressalta que as manifestações não possuíam um sentido mais profundo ou qualquer espécie de mensagem escondida. Ao contrário dos conservadores franceses, que apostavam em uma explicação baseada em um choque de civilizações, e da esquerda liberal, que apontava a insuficiência dos programas sociais e das ações de integração social como causas, os motins seriam apenas um esforço direto para se obter visibilidade social. Dizendo de outra forma, o que aconteceu foi “um ato de protesto violento que nada reivindica”. De maneira brusca, o autor faz uma equivalência dos protestos ocorridos na França aos ataques terroristas. Ambos seriam vistos como uma ameaça ao estilo de vida liberal. A desproporção de um ato em relação ao outro, contudo, desautoriza essa associação. A seção na qual Žižek se refere aos fundamentalistas islâmicos merecia ser contextualizada melhor. Faltou um contraponto sócio-histórico à explicação psicanalítica de que as ações terroristas têm como pano de fundo o ressentimento e a inveja.

Acertada é a análise feita pelo autor dos discursos proferidos sobre as ocorrências criminais após a devastação provocada pelo furacão Katrina, em Nova Orleans. A cidade foi assolada por relatos de assassinatos, assaltos, violações de mulheres e crianças e atos que punham em xeque a ordem estabelecida e eram cometidos por sujeitos indeterminados, conhecidos apenas como “sujeitos supostos de terem feito isso ou aquilo”. Em um paralelo involuntário ao conceito de “palavra de ordem”, desenvolvido

por Gilles Deleuze e Félix Guattari, Žižek afirma que as descrições não eram simplesmente palavras, mas palavras com efeitos materiais precisos. Elas retardaram os trabalhos das equipes de socorro, fizeram com que as ambulâncias fossem trancadas em vez de estarem nas ruas e prejudicaram o resgate prestado pelas forças militares. Embora alguns casos tivessem de fato realmente ocorrido, como saques e pilhagens a supermercados, a maior parte dos relatos se deveu ao preconceito racial em relação àquele estado americano cuja população negra é bastante representativa. Uma investigação posterior revelou a inexistência de provas de que homicídios, violações e agressões sexuais tenham sido cometidos. Na verdade, uma mensagem velada perpassava todos os boatos e inverdades reproduzidos naquele período: a de que o colapso total da lei e da ordem era possível, graças à violência e à barbaridade dos negros que ali residiam. No lugar da verdade factual, havia apenas a manifestação de desejos ocultos, ódio e preconceito. Para o filósofo esloveno, contudo, não se trata mais apenas de preconceito racial. O novo racismo, surgido da “dialética da globalização”, não se legitima a partir de bases naturais ou culturais, mas tão somente pelo egoísmo econômico “sem vergonha”: entre os que estão incluídos “na esfera de (relativa) prosperidade econômica e os por ela excluídos” (p.94).

O impasse envolvendo Israel e a Palestina é retomado no ensaio seguinte, intitulado “Antinomias da razão intolerante”. Conforme Žižek, essa questão transformou em uma antinomia, um conceito que afirma ser capaz de construir argumentos válidos favoráveis tanto a um lado quanto a outro. Em vez de buscar novas respostas ao problema, que costumam não ser mais do que paliativas, o filósofo esloveno prega que mais que elaborar novas respostas, é preciso reformular as perguntas a fim de se evitar a existência de um falso conflito sobre o assunto. Tendo em vista a superação das ações violentas que têm motivação religiosa, Žižek é mais um autor contemporâneo a defender o ateísmo, na esteira de Richard Dawkins e Christopher Hitchens.

Para quem estuda os direitos humanos, o filósofo traz um interessante debate no quinto ensaio “A tolerância como categoria ideológica”. O ponto central da argumentação é a centralidade do conceito de tolerância em detrimento a noções como desigualdade, exploração e injustiça, elementos centrais na teoria marxista. Segundo Žižek, estaria ocorrendo um processo de culturalização da política, ou seja, as diferenças políticas estariam sendo neutralizadas e naturalizadas sob a forma de diferenças culturais, evitando assim possíveis questionamentos de ordem mais estrutural. Os diferentes “modos de vida” estariam acima de qualquer possibilidade de crítica, podendo ser apenas “tolerados”. Certamente, esse é o ensaio em que a influência de Marx sobre o autor é percebida com mais clareza.

A tese principal de Žižek é de que a sociedade capitalista, embora estabeleça a tolerância como um de seus pilares, é fundamentalmente intolerante. A autonomia e a liberdade individual seriam postas em um patamar acima de outros valores, como a solidariedade coletiva, a conexão e a responsabilidade pelos outros em situação de dependentes. O direito de escolha, visto como um dogma nas sociedades democráticas e liberais, na verdade seria um direito prejudicado pelo fato de as condições encontradas no momento de sua escolha não serem livres. O que prevalece é a uniformidade e a falta de informação sobre as demais possibilidades existentes. “A nossa liberdade de escolha efetivamente funciona muitas vezes como um simples gesto formal de consentimento na nossa própria opressão e exploração” (p.131), afirma.

Nesse sentido, até mesmo o conceito de direitos humanos sofre os efeitos desse processo reducionista. Em vez de serem universais, eles seriam “efetivamente os direitos dos proprietários brancos homens que têm a liberdade de trocar livremente no mercado e de explorar os trabalhadores e as mulheres ao mesmo tempo em que exercem a sua dominação política” (p.132). A observação, no entanto, se descreve como um conteúdo particular que pode ser universalizado, deixa em descoberto seu processo inverso: como a universalidade abstrata pode se tornar um “fato da vida social”? Dizendo de outro modo: em que condições se experimentam os indivíduos como sujeitos de direitos humanos universais?

A resposta, Žižek vai buscar na análise do fetichismo em Marx. Em uma sociedade em que prevalece a troca de mercadorias, os próprios seres humanos se relacionam uns com os outros e com os objetos que lhe cercam como “encarnações contingentes de ideias universais abstratas”. Para o filósofo, a abstração tornou-se um traço direto da vida social atual. Nesse ponto, ele faz um desvio da teoria marxista ortodoxa. Enquanto para Marx direitos universais como igualdade, liberdade e democracia são simplesmente uma “expressão necessária, mas ilusória do seu conteúdo social concreto, que é o universo da exploração e da dominação de classe”, Žižek - juntamente com pensadores como Claude Lefort e Jacques Rancière - sustenta que essa aparência de um conceito como égaliberté (junção em francês das palavras igualdade com liberdade) traz em si uma tensão que não a torna simplesmente uma “mera aparência”, mas um poder em si, ou seja, uma eficácia simbólica própria.

Aliado a isso, Žižek afirma que o momento chave de qualquer luta teórica, ética e política é quando a universalidade surge a partir do mundo da vida concreto. “O autêntico momento da descoberta, a ruptura, ocorre quando uma dimensão propriamente universal explode a partir de um contexto

particular, tornando-se ‘para si’ e sendo diretamente experimentada como universal” (p.134). É nesse cruzamento entre um conceito universal com sua eficácia simbólica e a irrupção desse universal em um contexto particular que podemos compreender a problemática dos direitos humanos. Tal universal, contudo, não seria um sentimento profundo e abstrato que anularia todas as diferenças, mas sim o seu caráter de inadequação, a luta antagônica a qual estamos todos submetidos. “Na luta pela emancipação, não são as culturas nas suas identidades que se dão as mãos, são as partes recalçadas, exploradas, condenadas ao sofrimento, as ‘partes de parte nenhuma’ de cada cultura que se juntam numa luta partilhada” (p.138). A onda de protestos que varre o globo nos últimos meses seria resultado dessa dialética existente entre o universal e as lutas particulares? O que une tais manifestantes e o que os separa? São possibilidades de reflexão que se abrem a partir da leitura inovadora de Marx feita por Žižek.

O sexto e último ensaio retoma o conceito de violência divina elaborada por Walter Benjamin. Ao contrário da violência mítica, considerada como um meio de estabelecer o governo da Lei, a violência divina seria uma expressão da pura pulsão, da não morte, do excesso de vida na história humana. Ela não “serve como meio, nem tampouco para a punição dos culpados em vista do restabelecimento do equilíbrio da justiça. É simplesmente o signo da injustiça do mundo, de um mundo eticamente ‘desarticulado’” (p.173).

Ao contrário da violência mítica, reconhecer a irrupção da violência divina não é tarefa fácil. Žižek faz um jogo de definições entre o que ela é e o que ela não é. Ela não seria uma intervenção direta da divindade e nem a origem ilegal reprimida da ordem legal, como no caso do Terror revolucionário jacobino. A violência divina deve ser compreendida como “uma decisão (matar, arriscar ou perder a própria vida) levada a cabo numa solidão absoluta, sem cobertura por parte do Grande Outro” (p.174). Tal violência é perpassada pela crença na justiça e na liberdade, em uma busca de vingança imediata. A violência divina tem um quê de paradoxal, por unir o amor e a crueldade em um mesmo ato. Essa articulação é que leva Žižek a escrever que “o domínio da violência pura, o domínio fora da lei (do poder legal), o domínio da violência que não é fundação nem suporte da lei, é o domínio do amor” (p.177). Essa frase encerra o ensaio, deixando-nos com mais interrogações do que certezas. Em vez de nos oferecer uma resposta pronta, o autor nos convida a pensar com ele, pensar contra ele, assim como Benjamin.

O epílogo funciona como uma tentativa de unidade às notas dispersas ao longo do livro. Para deixar claro sua intenção, Žižek enumera três “lições” a serem tiradas ao fim da investigação. A primeira é a que “estigmatizar a

violência, condená-la como ‘má’, é uma operação ideológica por excelência, uma mistificação que colabora no processo de tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social” (p.179). Como exemplo, o autor cita o fato de as sociedades ocidentais exibirem uma elevada sensibilidade para determinados tipos de ocorrência enquanto, ao mesmo tempo, são capazes de mobilizar uma “multiplicidade de mecanismos destinados a tornarem-nos insensíveis às formas mais brutais de violência”.

A constatação de que a violência não é essencialmente má não prima pela originalidade. Michel Maffesoli já havia ressaltado o papel que ela desempenha como um elemento estruturador da vida em sociedade, haja vista seu papel como agente de transformações na dinâmica social. A segunda lição, no entanto, foge do pensamento pré-estabelecido e se relaciona diretamente com a obra do sociólogo francês. De acordo com Žižek, “é difícil ser realmente violento, efetuar um ato que perturbe violentamente os parâmetros fundamentais da vida social” (p.180). O gesto político autêntico é ativo, ou seja, é capaz de impor e instaurar uma visão. As explosões de violência impotentes, por sua vez, são reativas e não chegam a transformar a sociedade de modo mais significativo.

A terceira e última lição também traz importantes contribuições, em especial aos agentes que pretendem realizar intervenções na sociedade. Conforme o filósofo, a violência não é “propriedade exclusiva de certos atos”. Ela se distribui entre os atos e os seus contextos, entre atividade e inatividade. Como exemplo, o autor afirma que um sorriso educado, dependendo da situação, pode ser mais violento do que uma explosão brutal. Tomando o romance *Ensaio sobre a lucidez*, de José Saramago, como referência, Žižek afirma que a recusa à ação, representada no livro pela abstenção em massa do voto ocorrida em uma cidade, pode afetar o governo de maneira muito mais radical. “É melhor não fazermos nada do que empenharmo-nos em ações localmente limitadas que em última instância funcionam fazendo com que o sistema aja com menos atrito (...). A ameaça hoje não é a passividade, mas a pseudo-atividade, a permanência de ‘sermos ativos’, de ‘participarmos’, de mascararmos o nada do que se move (...). Por vezes, fazer nada é a coisa mais violenta que temos de fazer” (p.188).

Žižek encerra o livro reforçando uma ideia apresentada no início e que deveria servir como um mantra a todos nós: a de que, frente ao bombardeio midiático de imagens sobre violência, não se deve enveredar por um falso sentimento de urgência que domina alguns discursos humanitários, mas sim realizar um ato que teria muito mais eficácia: “estudar, estudar e estudar” as causas dessa violência.